

Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense^{1,2}

João Santos Nahum

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
e-mail: prof.joaonahum@gmail.com

Cleison Bastos dos Santos

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil
e-mail: cleisongeo@gmail.com

Resumo

O artigo sustenta que o discurso de produção de dendê para o biodiesel constitui uma ideologia da fronteira. Ao entorno dele, reedita-se a representação de espaço dotado de vantagens comparativas. Para tanto, fundamentamo-nos em dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em relatórios das empresas, bem como em entrevistas com representantes das empresas. Além da introdução e da conclusão, na primeira parte examinamos a produção, consumo e comércio global do dendê indicando que ela se destina à indústria de alimentos, cosméticos e material de higiene. Na segunda, mostramos a ideologia da fronteira promovida pelo dendê neste início do século XXI, ressaltando a pertinência analítica desta categoria para interpretar dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia.

Palavras-chave: Ideologia da fronteira; dendeicultura; Amazônia; Estado.

Palm for what? Palm for whom? The frontier ideology in Para's Amazon

Abstract

The paper argues that the discourse of palm oil production for biodiesel constitutes a frontier ideology. Around it, the representation of space endowed with comparative advantages is re-edited. To do so, it is based on data from the United States Department of Agriculture, the Brazilian Agricultural Research Corporation, the National Agency for Petroleum, Natural Gas and Biofuels, the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade, and in company reports, as well as interviews with company representatives. In addition to the introduction and conclusion, in the first part examines the palm oil production, consumption and global trade, indicating that it is destined to the food, cosmetics and hygiene industry. The second shows the new frontier ideology promoted by palm oil at the beginning of the 21st century, highlighting the analytical pertinence of this category to interpret territorial dynamics of the Amazonia agrarian space.

Keywords: Frontier ideology; Palm culture; Amazon; State.

¹ Artigo fruto do projeto "Formação territorial e rural da Amazônia", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia" da UFPA.

² Nossa gratidão aos professores Gutemberg Armando Diniz Guerra e William Santos de Assis, do Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas (PPGAA) da UFPA pela leitura e considerações.

La palme a huile a quoi? La palme à huile pour qui? L'ideologie de la frontiere dans l'Amazonie, au Par 

Résumé

Cette article soutien que le discours de la production de palme   huile pour le biodiesel constitue une ideologie de la frontiere. Au tour de lui il y a une re dition de la représentation de l'espace doté des avantages comparatifs. Pour cela, on prend comme fondements les données du Departement de l'Agriculture des  tats Unis, de Entreprise Brésilienne de Recherche Agricole, de l'Agence Nationale de Petrole, Gas Naturel et Biocarburantes, du Ministère du Développement, Industrie et des Affaires  trang eres, des rapports des entreprises, ainsi que des interviews avec des représentants des entreprises. Plus que dans l'introduction et de la conclusion, dans la premiere partie on examine la production, consommation et comerce global de l'huile de palme en indiquant qu'il a la destination pour l'industrie de nourriture, comestics et materiel d'hygiene. Dans la deuxieme partie on montre l'ideologie de la frontiere promu par la cultivation de la palme   huile au depart du XXIème siècle, en metant en relief la pertinence analitique de cette categorie théorique pour l'interpretation des dynamiques territoriales dans l'espace agraire amazonien.

Mots clés: Ideologie de la frontiere; cultivation de palme   huile; Amazonie;  tat.

Introdu o

Na aurora do século XXI a produ o do espaço rural na Amazônia paraense tem na dendeicultura um evento que reorganiza paisagem, configura o espacial, din mica social, enfim território usado ou espaço geogr fico (NAHUM; MALCHER, 2012). Carvalho; Nahum (2014) indicam um período do dendê tornado possível por um conjunto de a o es políticas estatais e empresariais que permitiram a forma o de territórios da palma e aprofundaram a concentra o de terra sob o controle de poucas empresas.

Para VEIGA, FURLAN JR, KALTNER (2005, p. 27) "o biodiesel [...]   o principal motivo do interesse atual pelo dendê". No estado do Pará, o Programa de óleo de Palma e o Programa Paraense de Incentivo   Produ o de Biodiesel - PARABIODIESEL procuram realizar as orienta o es do programa nacional de produ o e uso do biodiesel. Para o Ministério das Minas e Energia essa política tem como principais diretrizes implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social, garantir preços competitivos, qualidade e suprimento, produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regi o es diversas (contular o endereço: http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/programa/objetivos_diretrizes.htm).

O Estado, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério das Minas e Energia, indica o dendê como a oleaginosa mais

adequada para produção do biodiesel, seja pelo balanço energético, a produção, produtividade e rentabilidade econômica ou mesmo pela capacidade de recuperar áreas degradadas pelo pasto. Segundo o Programa, “produzir biodiesel gera trabalho e renda, tanto no campo, quanto na fábrica. O cultivo da matéria prima cria oportunidades de trabalho e geração de renda na agricultura familiar, estimulando a inclusão social em todas as regiões do país” (PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL, s/d, p. 5). Entendimento repetido na Mensagem nº 222/2010, que apresenta o Projeto de Lei nº 7.326-C, de 2010 de criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil,

cuja expansão da produção nacional de óleo de palma permitirá ao Brasil ocupar posição de destaque na produção desse óleo, não só porque poderá se tornar um dos maiores produtores do mundo, mas principalmente pelo fato de que pode fazê-lo de forma sustentável, gerando renda para o pequeno produtor, não permitindo o desmatamento, recuperando áreas, promovendo o reflorestamento com espécies nativas para as áreas de reserva legal e estabelecendo o uso racional e eficiente de áreas consolidadas (BRASIL, 2010, p.5).

O programa atraiu investidores, ampliando a área produzida e colhida e o número de municípios que integram a cadeia produtiva do dendê. Na interpretação de Nahum; Santos (2016, p.281-294) a dendeicultura para biodiesel assinala um dos momentos mais enigmáticos de reprodução do capital no espaço agrário na Amazônia paraense, pois lembra-nos discursos típicos do ufanismo do I PDA (1972-74), que concebem a região como fronteira agrícola, produtora de alimentos e assim atraía o capital financeiro de bancos e mesmo multinacionais do setor automobilístico para o meio rural. Parafraseando Oliveira Filho (1979), desde o lançamento do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, em 2004, o Estado brasileiro, oferece ao capital “um conjunto de informações e juízos sobre aquela área que se apresenta como uma alternativa às condições presentes” (OLIVEIRA FILHO, 1979, p.113). Sustentamos que o dendê para biodiesel constitui uma ideologia da fronteira na microrregião de Tomé-açu, tal como enuncia Oliveira Filho (1979).

Na primeira parte do artigo examinamos a produção global do dendê. Indicamos que o óleo de palma se destina à indústria de alimentos, cosméticos e material de higiene, como demonstramos quando focamos o mercado e consumo global, e não à composição do biodiesel. Na segunda parte expomos o dendê para biodiesel enquanto ideologia da fronteira integrante da produção do espaço rural necessário à reprodução do capital agora sob o signo de desenvolvimento territorial rural.

Mostramos que o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, ao incentivarem a monocultura de dendê para o biodiesel, reeditam a ideologia da fronteira agrícola. Sob o paradigma do desenvolvimento

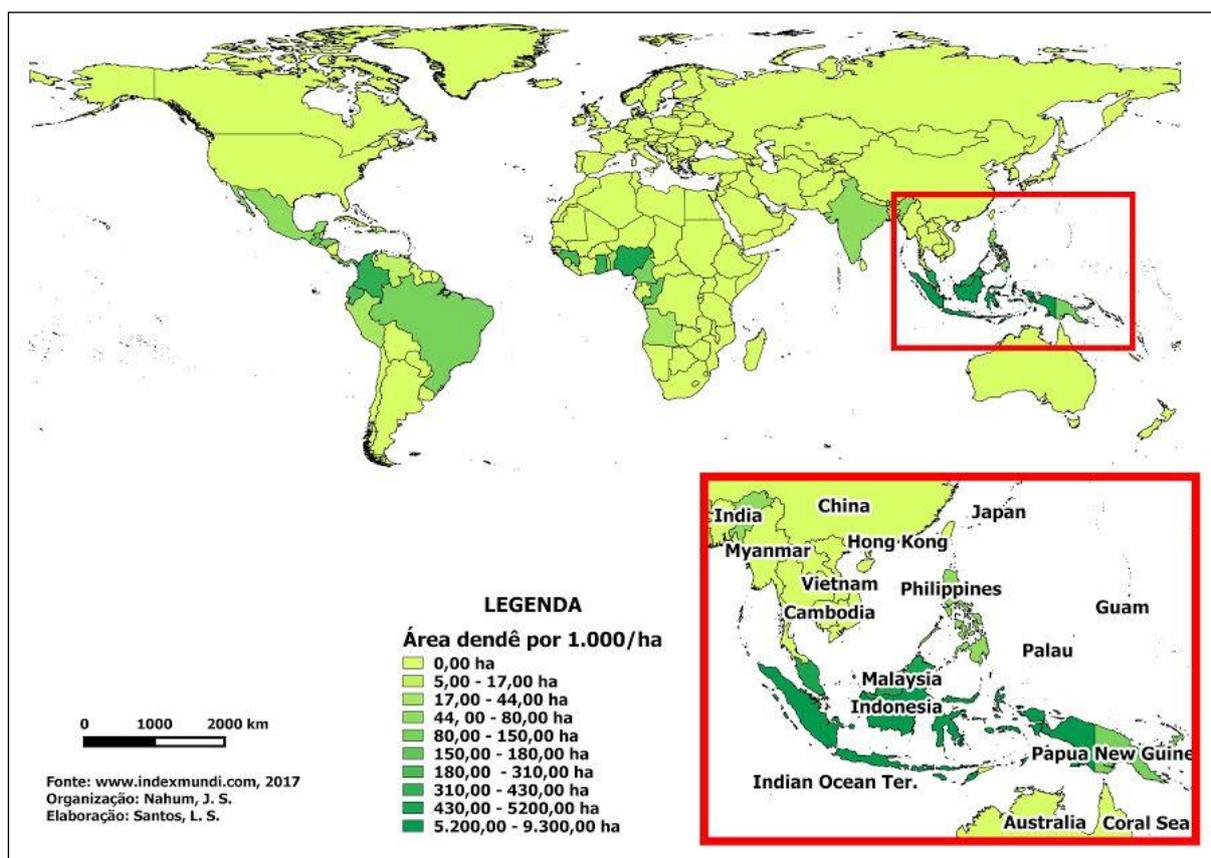
territorial, a tecnocracia estatal e empresarial concebe a dendeicultura como espécie de pensamento único para o meio rural, silenciando a concentração de terra, tensões, conflitos e riscos ambientais, bem como metamorfoseando a luta de terra em regularização fundiária sob o comando da agroindústria do óleo de palma, cujas diretrizes efetivas e orientações situam-se no mercado mundial.

Produção, comércio e consumo global de dendê

Dentre as oleaginosas o dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.), possui a maior produtividade, com rendimento entre 4 a 6 toneladas de óleo/ha/ano, correspondendo a 1,5 vezes a produtividade do óleo de coco, a 2 vezes a do óleo de oliva e mais do que 10 vezes a do óleo de soja, superado apenas pelas algas, que tem produtividade anual entre 50 a 150 toneladas por hectares (SILVA, 2015). A produção dos cachos tem início a partir dos 3,5 anos após o plantio, chegando ao ápice entre 7 e 15 anos. Do ponto de vista econômico sua vida útil é de 25 anos, com rendimentos superiores a 25-28 toneladas de cachos por ha/ano. Dois tipos de óleo são extraídos dos frutos da palma, sendo o mais valioso o do palmiste, proveniente da amêndoa ou endosperma e o produto comum é o óleo decorrente do esmagamento da polpa ou mesocarpo (RIVAL; LEVANG, 2014).

Em 2017 os dados estimativos do *United States Department of Agriculture* (USDA) informam que a área colhida de dendê está em torno de 20.778.000 hectares, distribuídos por 28 países da Ásia, África e América Latina (figura1), totalizando uma produção de aproximadamente 66.835.000 toneladas de óleo de palma, dos quais, apenas 17% tem a certificação da *Roundtable on Sustainable Palm Oil* (RSPO) (WWF, 2016).

Figura 1: Distribuição dos dendezais no mundo em 2017



Fonte: www.indexmundi.com .Organizado pelos autores.

Ainda segundo a mesma fonte, as maiores produções de óleo de palma estão na Indonésia (36.000,00 mil/ton.), Malásia, (21.000,00 mil/ton.), Tailândia (2.200,00 mil/ton.), Colômbia (1.320,00 mil/ton.), Nigéria (970,00 mil/ton.), Guatemala (740,00 mil/ton.), Equador (575,00 mil/ton.), Honduras (545,00 mil/ton.), Papua Nova Guiné (530,00 mil/ton.) Gana (520,00 mil/ton.), Costa do Marfim (415,00 mil/ton), Brasil (410,00mil/ton.). Em comparação ao ano de 2016, os dados do USDA mostram que no Peru, a área destinada para o cultivo em 2017, cresceu 10.00%, na Colômbia 9,41%; no México, 9.41%, na Malásia, 6.12%, nas Filipinas 6.09%, na Tailândia 4.17%, no Brasil 1.50%, Equador, 1.36%, Indonésia, 1.09%. A maior expansão na América Latina deve-se ao fato que na Ásia e África a dendecultura incorporou extensas áreas: a Indonésia tem 9,300.00 mil/ha, Malásia 5.200,00 mil/ha, Nigéria 2.500,00 mil/ha, Tailândia 750,00 mil/ha, Gana, 400,00 mil/ha.

Considerando-se as condições edafoclimáticas, a densidade tecnológica na matriz produtiva e o ordenamento jurídico, sobretudo no que se refere à legislação ambiental e trabalhista, diferenciamos quatro níveis de produtividades: na Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Indonésia, Malásia e Papua Nova Guiné temos produtividade de quatro mil toneladas por hectares; no Senegal, Tailândia, Colômbia, Índia, Equador e Brasil a produtividade é de três mil toneladas por hectares; em Angola, Benin,

Libéria, México, Costa do Marfim, Camarões, Venezuela e Filipinas com duas mil toneladas por hectares; e Serra Leoa, Togo, Peru, República Democrática do Congo e Gana com uma tonelada por hectare.

Os números da tabela 1 indicam que a área brasileira de dendê na década de 2000 cresceu aproximadamente 0,86% em relação a 1990; os dendezais de 2010 são 0,76% maiores que os de 2000, e os de 2015 cresceram 0,75% em relação a 2010. A área produzida em 2015 elevou-se 50,6% em relação àquela de 1990.

Tabela 1- PRODUÇÃO BRASILEIRA DE DENDÊ (CACHO) NOS INTERVALOS DE 1990-2015

Ano	1990	2000	2010	2015
Área (mil/ha)	71.009	81.881	106.420	140.082
Quantidade (mil/ton)	522,883	678,727	1292,713	12147,27

Fonte: <https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal> . Acesso, 04.04.2017. Organizados pelos autores.

O crescimento dos primeiros quinze anos do século XXI são impulsionados pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (2004) e o de Produção Sustentável de Óleo de Palma (2010). Este último identifica na região norte o potencial para se estabelecer um polo do dendê, pois desde a década de 1960 cultiva-se a palma no estado do Pará. A Mensagem nº 222/2010, que apresenta o Projeto de Lei nº 7.326-C, de 2010, ressalta o amplo mercado consumidor interno e externo, a produtividade elevada da oleaginosa, condições tecnológicas da cadeia produtiva, além de caracterizá-la como

Intensiva em mão-de-obra, capaz de promover o desenvolvimento sustentável nas Regiões Norte e Nordeste do País, fixando o homem no campo, promovendo o desenvolvimento rural, gerando renda satisfatória ao pequeno produtor, ao mesmo tempo em que pode promover a recuperação de áreas degradadas (BRASIL, 2010, p. 5).

Tal como ideologia da fronteira, ressaltam-se as virtudes da produção de óleo de palma, bem como a inserção do agricultor familiar nesta cadeia produtiva. Desde 2005 a Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005, que estabelece a obrigatoriedade da adição de um percentual de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor em qualquer parte do território nacional, o Estado cria reserva de mercado para o dendê. Nesta lei o inciso XXV assim define

Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil (BRASIL, 2005, p. s/r).

Segundo a Agência Nacional de Petróleo (<http://www.anp.gov.br/wwwanp/biocombustiveis/biodiesel>), a mistura do biodiesel teve início em 2004 e em novembro de 2014 o percentual obrigatório de biodiesel alcançou 6%, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da mesma. Conforme o Boletim Mensal do Biodiesel de novembro de 2015, da Agência Nacional de Petróleo, a composição do biodiesel é biodiesel (6%) + diesel (94%). Igualando-se biodiesel 6% a 100% podemos visualizar o percentual de dendê. De acordo com os dados de 2008 a 2016 do boletim mensal da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), nos 95 boletins examinados, o percentual de dendê na composição do biodiesel nunca ultrapassou 1% do total dos 6% de combustíveis não fósseis. A tabela 2 expõe, a partir dos dados publicados pela ANP, a média anual de participação de óleo de palma na composição do biodiesel.

Tabela 2-PERCENTUAL MÉDIO DE ÓLEO DE PALMA NO BIODIESEL BRASILEIRO (2008 a 2015).

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Percentual (%)	0%	0,36%	0,33%	0,32%	0,71%	1%	0,06%	0,13%	0,39%

Fonte: Boletins Mensais da ANP 2008-2015. Organizado pelos autores.

Em 2008 não encontramos dendê na composição do biodiesel produzido no Brasil; em 2009, essa matéria prima soma com 0,36%; em 2010, com 0,33%; em 2011; com 0,32%; em 2012, com 0,71%. Em 2013, registrou-se o maior percentual do óleo de dendê na composição da produção de biodiesel, 1%; no ano seguinte, o percentual decaiu para 0,06%; em 2015 o percentual foi de 0,13, ainda que, segundo dados da Embrapa (<https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal>), encontrássemos 85,94 mil/ha de dendê e uma produção de 1.379,19 mil/ton, tornando-o maior produtor nacional. Em 2016, o óleo de palma contribuiu com 0,39% na composição do biodiesel produzido no Brasil. Igualmente em 2016 não encontramos nenhuma usina de biodiesel no Pará.

Os números da tabela 1 indicam que a produção de dendê é maior que o seu percentual utilizado no biodiesel, como expressa a tabela 2. Revelando o hiato entre a concepção do plano e a dinâmica da cadeia produtiva do biodiesel, o que também é ressaltado por um diretor da empresa Marborges nos relata que “o dendê é muito valioso para ser utilizado no biodiesel, nossa produção é vendida para a indústria de alimentos no Brasil e no exterior” (Entrevistado 1). É o exame do comércio e consumo global do dendê que nos permite entender porque o percentual deste no biodiesel é menor que o aumento da produção dessa palma. Longe de nossos propósitos reivindicar a realização disso, mas tão somente revelar o quanto a associação do biodiesel e dendeicultura se conforma como ideologia da fronteira.

Os dados da *European Palm Oil Alliance* (<https://www.palmoilandfood.eu/en>) mostram que o consumo global de óleo de palma cresceu de 14.600,000 toneladas em 1995 para 1.000.000 em 2015. O WWF (2016) informa que o óleo de palma é o mais comercializado (66%), produzido (39%) e consumido no mundo (38%). Para Rival; Levang (2014),

o óleo de palma pode substituir a maioria dos outros óleos vegetais e tem uma grande variedade de usos, onde aproximadamente 80% da produção destina-se à indústria alimentícia, componente base para o azeite de mesa, de frituras, margarinas, gordura e produtos de panificação e pastelaria e todos os tipos de preparação de alimentos; 19% da produção do óleo de dendê são utilizados em produtos oleoquímicos para produzir cosméticos, sabonetes, lubrificantes e gorduras, velas, produtos farmacêuticos, entre outros; e apenas 1% destina-se à composição de biocombustíveis (RIVAL; LEVANG, 2014, p.10).

De acordo com Goodman; Sharma (2015) os maiores consumidores de óleo de palma no segmento de alimento embalado são Nestlé, Danone, Kallooy's, ConAgra Foods, Unilever, Pepsico, General Mills, Heinz, Mondeléz International, Kraft; no de higiene pessoal estão Colgate-Palmolive Company, Henkel, P&G, L'oréal, Reckitt Benckiser, Kao, Estée Lauder Companies, Avon, The Clorox Company; e na indústria de *fast food* encontramos Dunki'n brands, Subway, McDonald's, Burger King, Starbucks Coffee, DQ, CKE Restaurants, Wndy's(0) Yum!.

Os dados de 2017 do *United States Department of Agricultures* (USDA) ranqueiam entre os maiores exportadores de óleo de dendê: Indonésia 25.500 (mil/ton.), Malásia 17.500 (mil/ton.), Guatemala 700,00(mil/ton.), Benin 570 (mil/ton.), Papua Nova Guiné 550 (mil/ton.), Guatemala 485 (mil/ton.), Colômbia 370 (mil/ton.), Honduras 335 (mil/ton.), Equador 280 (mil/ton.), Costa do Marfim 220 (mil/ton.), Emirados Árabes 240 (mil/ton.). O Brasil, junto com Filipinas e Togo, encontra-se na 17ª posição com 50 mil/ton.. Em relação ao consumo doméstico, ainda segundo os dados do USDA, os dez países com maior consumo doméstico de óleo de palma são Índia com 9.600 (mil/ton.), Indonésia 9.600 (mil/ton.), EU-27 6.475 (mil/ton.), China 4.950 (mil/ton.), Malásia 3.570 (mil/ton.), Paquistão 3.030 (mil/ton), Tailândia 2.160 (mil/ton.), Egito 1.300 (mil/ton.), Nigéria 1.530 (mil/ton.), Bangladesh 500 (mil/ton.).

O Brasil com 585 mil/ton., está na 22ª posição, indicando o quanto o mercado consumidor está em expansão. Isso provavelmente ajuda-nos a compreender o *boom* do dendê na Amazônia paraense na década de 2004 a 2013. Neste intervalo de tempo, segundo dados da Embrapa (<https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal>), a área colhida de 85.889 mil/ha se expande para 126.559 mil/ha, cujo destino é a exportação. Os números do comércio exterior do Pará de 2003 a 2015 da tabela 3 expõe que o óleo de dendê está entre os produtos exportados pelo estado.

Tabela 3-PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DO ÓLEO DE DENDÊ NA EXPORTAÇÃO DO PARÁ-2003/2015

Ano	US\$ (FOB)	Part. %	Kg	Posição
2003	12.663	*	22.720	*
2004	5.839.389	0,15	12.582.488	27°
2005	16.263.378	0,34	43.567.896	20°
2006	9.295.629	0,14	22.858.021	26°
2007	*	*	*	*
2008	3.189.456	0,03	6.088.410	50°
2009	12.850.599	0,15	22.087.012	23°
2010	11.261.928	0,09	13.935.684	28°
2011	49.304.990	0,27	44.483.558	19°
2012	54.636.573	0,37	56.744.723	18°
2013	59.130.112	0,37	70.852.190	17°
2014	83.433.802	0,59	101.822.330	17°
2015	77.670.234	0,76	130.133.538	16°

*Sem informação

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/Alice web. Elaboração dos autores.

Em 2010, quando entra em vigor o Plano de Palma, o óleo de palma ocupa a 28ª posição na pauta de exportações do Pará, sendo produzido predominantemente pelo Grupo Agropalma, Marborges, Agroindustrial Palmasa S.A, Refinaria Yossan do Grupo Kabacnic e Dendê do Tauá S/A. De 2010 a dezembro de 2015, entre os produtos exportados pelo estado do Pará, o óleo de palma avança para a 16ª posição. Neste período, em 2012 a empresa Biopalma inaugurou uma usina no município de Moju, e, em 2014, outra no município do Acará. Em Tailândia, o Grupo Agropalma implantou sua sexta usina esmagadora, a Parapalma. De modo que, o crescimento da produção do óleo bruto de dendê não se deu apenas pelo aumento das áreas de plantio e das usinas beneficiadoras, mas também em função da cooperação comercial entre empresas. O Grupo Marborges, por exemplo, beneficia frutos frescos da empresa Guanfeng Group e da empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) e, até 2016, o Grupo beneficiava frutos da empresa Biopalma; assim como a empresa Dentauá e Palmasa processam frutos frescos da empresa Belém Bioenergia Brasil.

Os números da tabela 4 indicam que o óleo de dendê é o quinto produto de exportação do setor agropecuário paraense, antecedido do gado bovino vivo, de carnes, pimenta e da soja.

Tabela 4-PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE 16 PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO PARÁ- (JAN.2014/DEZ.2015)

Principais produtos exportados		(%) Part.jan.2014	(%)Part. Dez. 2015
1°	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	38,65	52,36
2°	Outros minérios de cobre e seus concentrados	15,99	9,58
3°	Alumina calcinada	13,77	9,42
4°	Alumínio não ligado em forma bruta	5,26	4,46
5°	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	3,12	2,31
6°	Ferroníquel	2,62	2,30
7°	Bauxita não calcinada (Minério de alumínio)	2,53	1,57
8°	Pimenta "Piper", seca	2,22	1,43
9°	Caulim	1,86	1,45
10°	Carnes desossadas de bovino, congeladas	1,85	1,32
11°	Outras madeiras perfiladas, etc, não coníferas	1,69	1,41
12°	Outros bovinos vivos	1,18	1,71
13°	Outros minérios de manganês	0,98	1,24
14°	Outros silícios	0,91	0,69
15°	Hidróxido de Alumínio	0,77	0,47
16°	Óleo de dendê, em bruto	0,76	0,59

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/Alice web. Elaboração dos autores.

Os relatórios das empresas confirmam que a produção dendê tem como destino a comercialização e não os leilões de biodiesel. O relatório de sustentabilidade da Agropalma registra que ela "é uma empresa que opera no mercado nacional e internacional. Exportamos cerca de 50% da nossa produção - 98% das nossas exportações, aproximadamente, vão para a Europa e 2% para os EUA" (AGROPALMA, 2015.p.16). Sendo que, "em 2015, 82% das vendas foi para a indústria de alimentos e 22,50% outros setores" (AGROPALMA, 2015. p.22). No relatório da BIOPALMA (Biopalma da Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio) mostra que ela "opera, atualmente, no mercado nacional e internacional. Exporta cerca de 47% da produção. Destes, 60% do óleo exportado é destinado ao mercado latino-americano e 40% ao mercado europeu. A receita bruta em 2015 foi de R\$ 165,6 milhões (BIOPALMA, 2015. p.10). Igualmente as empresas ADM (ADM do Brasil Ltda), DENPASA-Denpasa – Dendê do Pará S/A, DENTAUÁ (Dendê do Tauá S/A), MARBORGES (Marborges Agroindústria S/A), PALMASA (Agroindustrial Palmasa S/A) atuam no setor no setor plantio, beneficiamento, comercialização. Somente a Belém Bioenergia Brasil (BBB), declara que a empresa "busca liderar uma nova fronteira de geração de energia, levando desenvolvimento à população, associado à integração social, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica" (<http://www.belembioenergia.com.br/sobre/>).

O dendê enquanto ideologia da fronteira no século XXI.

A formação territorial da Amazônia é marcada por encontros, desencontros, tensões e conflitos entre sociedades mercantis, mediadas pelo valor de uso e troca fundidos no dinheiro, e não mercantis, reguladas pelos usos sociais. Entendemos essa dinâmica a partir da categoria fronteira que analisa a criação da condição espacial de existência nos confins do mundo, como lembra Martins (1997). A fronteira não se confunde com limite e área, tampouco é recurso heurístico para contextualizar lugares no interior da unidade econômica e política. Ressalta Oliveira (1979), “na verdade, o modelo teórico de fronteira supõe uma totalidade composta por partes heterogênea e com diferentes ritmos de funcionamento” (OLIVEIRA, 1979, p. 111).

Seguimos Oliveira (1979) e entendemos a fronteira como “uma forma de propor uma investigação” (Ibidem). Investiga a economia política do espaço que transforma frações do reino vegetal, mineral e animal em recurso para reprodução ampliada do capital à despeito do povos, populações e modos de vida. Aos quais se associa a ideia de espaço areal, concebido como vazio a ser ocupado e/ou integrado ao conjunto do território nacional. No entanto,

a expulsão de um conjunto de indivíduos de sua área de origem não gera automaticamente uma fronteira: para isso é necessário além de outros fatores, que seja fabricada e difundida uma “ideologia da fronteira”, oferecendo aos migrantes potenciais um conjunto de informações e juízos sobre aquela área apresentada como uma alternativa às condições presentes (OLIVEIRA FILHO.1979, p. 113).

Ideologia que tenta explicar, justificar e legitimar as tensões e conflitos decorrentes da “expulsão de um conjunto de indivíduos de sua área de origem” (ibidem). Integra a invenção e reinvenção da economia regional amazônica, seja na empresa jesuíta do século XVII, na política mercantil pombalina do século XVIII, no *boom* extrativista da borracha do século XIX, na megalomania de Fordlândia da primeira década do século XX, no projeto Jari da metade do século XX, na Operação Amazônica de 1966, nos planos de desenvolvimento e vários zoneamentos econômico e ecológicos. Em cada momento a ideologia da fronteira associa uma vocação à produção do espaço. A empresa jesuítica insiste no extrativismo, a pombalina se esforça pela colonização agrícola, na *belle époque* acreditava-se na recriação de Paris na América em função do infinito potencial comercial da *Hevea brasiliensis*; Daniel Keith Ludwig queria a indústria de celulose, transportando uma planta industrial para o Amapá, proposição retomada no pós-1966 com os planos de desenvolvimento e suas múltiplas vocações agrícolas, energéticas, minerais, dentre outras, esquematizadas nos polos de crescimento e desenvolvimento.

Na segunda metade do século XX, sob o paradigma de polos de crescimento e desenvolvimento, forma-se uma representação de fronteira amazônica enquanto fração do território nacional cujas riquezas naturais estavam parcialmente aproveitadas em função da

baixa densidade técnica e demográfica, faltando investidores e investimentos. Para tanto, o Estado cria uma série de vantagens comparativas, seja na concessão de terras para lavrar ou mesmo explorar os recursos do solo, subsolo, rios e florestas natureza, seja na forma de incentivos fiscais, creditícios e mesmo mão de obra abundante (NAHUM, 2012; 2013). O resultado dessas ações da Operação Amazônica no meio rural foi a produção do espaço agrário marcado por tensões, conflitos e violência desencadeados a partir da chegada dos grandes projetos hidroelétricos, mineradores, agropecuários e madeireiros que se apropriam de terras onde, desde o final do século XVII, se formou o campesinato caboclo- seja ele ribeirinho, quilombola, agricultor, extrator ou povo da floresta- que habita o lugar, usado a terra de modo a reproduzir sua condição de existência (COSTA, 2012a, 2012b, 2012c; MARTINS, 1996, 1997; HEBETTE, 2004; GUERRA, 2013; LENÁ; OLIVEIRA, 1992).

No século XXI a proposição de dendê para o biodiesel constitui a nova ideologia da fronteira. Martins (1999) alerta-nos que em se tratando de política no Brasil, o novo vem sempre para reforçar o velho, reproduzindo o poder do atraso. O novo, desse modo, não é novidade, mas um conjunto de estratégias para reprodução do caráter rentista do capitalismo brasileiro. O novo significa reedição, alguns traços mudam, mas o núcleo permanece, isto é, a fronteira enquanto uma espécie de possessão maravilhosa de que nos fala Greebland (1996). Tal como antes nas drogas, no cacau, na borracha, no minério, a crença num produto promissor às demandas do mercado, o óleo de palma, parece suficiente para reerguer a economia regional.

Mas, em relação ao dendê para biodiesel, Campos e Carmélio (2009) advertem que “o biodiesel é mais caro que o diesel, e seus custos subiram em 2008 devido à elevação das cotações das oleaginosas e dos óleos vegetais” (CAMPOS; CARMÉLIO, 2009, p. 67). Silva (2015) nota que apesar de possuir uma das maiores produtividades dentre as principais “oleaginosas passíveis de serem utilizadas para a produção do biodiesel, o óleo de dendê/palma (*Elaeis Guineensis*) possui um tempo de crescimento extenso, causando demora na obtenção do produto, e o teor de óleos extraído é baixo” (SILVA, 2015, locais do kindle 867 de 4521).

Em torno do discurso de dendê para o biodiesel, que expressa a orientação estatal em harmonizar-se com a preocupação global de buscar alternativas à matriz energética alicerçada no combustível fóssil, o Estado concebe áreas na Amazônia como fronteira, espaço dotado de “vantagens comparativas”. A começar pela abundância de terras, artifício fruto do zoneamento agroecológico da palma que identifica áreas aptas ao cultivo da palma, concebendo-as como espaço vazio. Assim, o anexo do Decreto 7.172 de 07 de maio de 2010 “mostra que 23.276,73km² de área preferencial para o cultivo da palma, distribuídos por 53 municípios, e 69.999,88 km² de área regular, distribuídos por 66 municípios” (NAHUM; SANTOS, 2016. p. 285). Segundo o decreto, “nos municípios da microrregião de Tomé-açu

encontramos 395.120,88 ha preferenciais e 122,5211,68 ha regulares para cultivo de dendê” (NAHUM; SANTOS, 2015, p.4). Faltam apenas investidores e investimentos. Desse modo, a abundância de terras em condições edafoclimáticas potencialmente aptas a cultivo da palma constitui o primeiro atrativo. Terras integrantes de pequenas propriedades de sítiantes camponeses, fazendas de gado, fazenda falidas, dentre outras que serão disputadas no mercado pelas empresas produtoras de dendê que adentram a região.

Multinacionais como a Vale e a Petrobrás que, historicamente, têm seu foco em setores minerais e energéticos, orientam recursos técnicos, humanos e financeiros para produção de óleo de dendê, edificando empresas como BIOPALMA e Petrobrás-Biocombustíveis/GALP. Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram varredura fundiária em busca de imóveis rurais potencialmente qualificados para o cultivo (NAHUM; MALCHER, 2012). Trata-se de áreas antropizadas até 2007, pois antes a microrregião de Tomé-Açu conheceu outros produtos e atividades em função das quais reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana.

A dendeicultura é proposta como vetor do desenvolvimento territorial rural, sobretudo gerando emprego, renda e inclusão social. Estado, empresas e associação de produtores celebram acordos institucionais ou não que ampliam a cadeia produtiva do dendê. O Estado, por meio do Programa Nacional de Apoio à Agricultura- PRONAF-Eco, possibilita a empresa contar com uma linha de crédito que apresenta aos agricultores camponeses interessados no cultivo da palma. Avaliam-se as condições ambientais e edafoclimáticas da propriedade do interessado, verifica-se a situação fundiária do imóvel. Para aqueles que desejam cultivar dendê em seu sítio, a empresa aciona técnicos para regularização fundiária do imóvel, quando é o caso, ou treinamento no manejo da palma.

No período de 2013 a maio de 2016, o setor de agricultura familiar do Banco da Amazônia S/A aprovou 610 projetos, somando aproximadamente 45 milhões de reais, situados predominantemente nos municípios de Acará, Bujaru, Concórdia do Pará, Tailândia e Tomé-açu, na microrregião de Tomé-açu, no nordeste paraense, como demonstra a tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade de contratos Pronaf-eco por municípios paraenses, área e valor-2013 a 2015.

Ano	Municípios paraenses	Quant/contratos	Área (ha)	Valor (R\$)
2013	Acará	20	200	1.520.346,00
2013	Aurora do Pará	2	20	153.425,00
2013	Baião	3	30	232.335,80
2013	Bujaru	2	20	151.767,50
2013	Cametá	8	80	630.642,90
2013	Capitão Poço	9	90	668.964,96
2013	Concórdia do Pará	10	100	760.334,00
2013	Garrafão do Norte	24	240	1.739.377,82
2013	Igarapé-açu	1	10	79.960,00
2013	Irituia	80	581	4.295.059,09
2013	Mãe do Rio	2	20	151.543,84
2013	Mocajuba	7	70	554.750,00
2013	Moju	77	759	5.936.770,13
2013	São Domingos do Capim	60	573,5	4.052.674,39
2013	Tailândia	40	392	3.108.718,60
2013	Tomé-açu	38	380	2.877.125,50
2014	Acará	20	200	1.536.211,50
2014	Concórdia do Pará	7	70	539.619,00
2014	Garrafão do Norte	24	240	1.793.040,00
2014	Moju	87	863	6.682.137,80
2014	São Domingos do Capim	5	45	342.983,17
2014	Tailândia	14	139	1.102.634,00
2014	Tomé-açu	6	60	465.308,50
2015	Acará	7	70	546.389,60
2015	Bujaru	5	50	388.700,00
2015	Concórdia do Pará	5	50	388.700,00
2015	Igarapé-açu	1	7	55.977,60
2015	Moju	25	250	1.942.397,50
2015	São Domingos do Capim	12	120	932.880,00
2015	Tomé-açu	9	88	684.080,00
TOTAL		610	5.817,50	44.314.854,20

Fonte: SIG (Base Mai2016). Organizados pelos autores

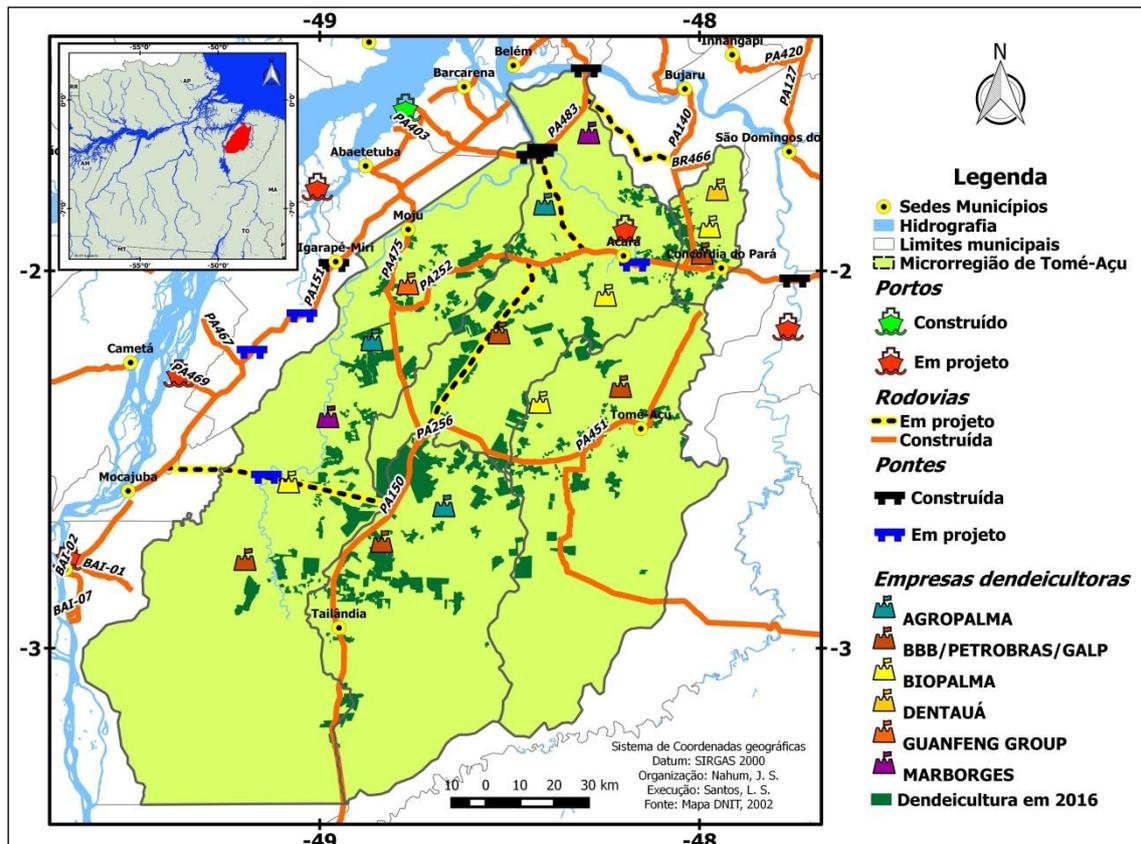
Os projetos de dendê familiar reestruturam o calendário agrícola, ritmo de trabalho e configuração da unidade produtiva do sitiante camponês, agora comandados e regulados pela empresa e pelo mercado de óleo de palma. Desencadeia-se a metamorfose do sitiante camponês em agricultor familiar produtor de dendê. Segundo Nahum; Santos (2017) tudo começa com o interesse do mercado mundial por um “produto panaceia” para a crise energética. Então empresas são estimuladas por políticas estatais a aproveitar economicamente a área produzindo dendê. A empresa compra individualmente áreas e/ou

convida pessoas para aderir ao projeto de produção familiar de dendê. A notícia se espalha e toda comunidade passa a se interessar pelas vantagens comparativas do dendê, sobretudo quando ouvem representantes sindicais, vereadores, prefeitos, deputados e até o presidente Luís Inácio Lula da Silva, dentre outros tantos, repetirem que a integração da agricultura familiar à cadeia do dendê é a alternativa de desenvolvimento para o meio rural. A empresa beneficia os frutos frescos colhidos, transformando-os em óleos para indústria de cosméticos, alimentos, medicamentos, combustível dentre outros produtos que ganham o mercado mundial, com valor agregado infinitamente maior que o pago aos produtores. No entanto, o mercado mundial que vive de certificações, exige responsabilidade social e ambiental da empresa para com a comunidade e assim condena a prática de compra individual do dendê. Para não ficar sem certificação, a empresa estimula os produtores a formarem cooperativa, instituição que congrega os produtores individuais, representando-os. Estes continuam a produzir e a cooperativa repassa a empresa. Essa subsunção formal do trabalho e do território ao capital se oculta no discurso de geração de emprego, renda e inclusão social.

Categorizar analiticamente esse produtor associado de dendê tornou-se um desafio para os pesquisadores que têm como ponto de partida de sua interpretação as condições materiais de existência. Não estamos diante de camponês, posto que se metamorfosearam as condições de trabalho, seus comandos e finalidades; nem diante de trabalhadores assalariados, dado que o contrato de adesão à produção de dendê é territorial, tampouco estamos diante de um empreendedor capitalista. Certamente é insuficiente dizer que ele é um trabalhador para o capital. O fato é que essa situação geográfica desafia nossa maturidade e criatividade analítica para visualizar algo que as categorias clássicas não conseguem.

Além da linha de crédito, o Estado cria condições infraestruturais que beneficiam a consolidação e expansão da cadeia produtiva do dendê. O sistema rodoviário e pontes (figura 2) são fundamentais para o funcionamento da cadeia produtiva do dendê. As rodovias e pontes dão fluidez a atividade, pois interligam as áreas de plantio as plantas industriais de extração de óleo bruto. Um dos sistemas de engenharias que contribuíram com a cadeia produtiva do dendê foi a rodovia PA-483, também conhecida como Alça viária, um complexo de pontes sobre os rios (Guamá, Acará, Moju e Moju/cidade) e estradas que permite interligar a região metropolitana de Belém ao município de Barcarena e aos municípios do sudeste paraense a partir da PA-150. Uma extensão da Alça viária importante para a produção regional da dendeicultura foi a rodovia Perna Sul, construída para facilitar o acesso da região Metropolitana de Belém e os municípios do Acará, Concórdia do Pará, Bujaru e Tomné-Açu.

Figura 2: Configuração Espacial da Dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu em 2016



Fonte: Trabalho de Campo GDEA, fevereiro 2017

Outras rodovias importantes para a atividade são a PA-150, que possibilita o escoamento da produção no polo mais importante da dendeicultura no estado do Pará que se localiza nos municípios de Moju, Tailândia e Acará; a PA-151 interliga a produção dos municípios de Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Mocajuba e Baião; a PA-140 que permite a circulação da produção dos municípios de São Caetano de Odivelas, Santa Izabel, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu; a PA-127 que percorre os municípios de Igarapé-Açu, Maracanã e São Domingo do Capim; a PA-252, também de grande importância, porque permite a ligação entre os municípios de Abaetetuba, Moju, Acará, Concórdia do Pará e Mãe do Rio; a PA-446 está localizada na região nordeste do estado, atendendo aos municípios de Capanema, Primavera e Quatipuru; a PA-124 que conta os municípios de Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ourém, Capanema, Santo Luzia e Salinópolis; um trecho da PA-256, no município de Moju, que está em fase de construção é de fundamental importância para a dendeicultura da microrregião de Tomé-Açu, porque vai interligar a PA-151 a PA-150 através da construção de uma ponte na vila da Soledade, no Alto rio Moju. Permitirá assim que a produção de Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri e Moju possam ser processadas nas usinas esmagadoras dos municípios de Tailândia, Moju e Acará.

Para se firmar enquanto ideologia da fronteira a dendeicultura precisou conquistar corações e mentes daqueles que na Amazônia construía oposição à modernização agrícola e sua estrutura agrária desigual, principalmente na sociedade civil. Oposição, que até o final da década de 1980, denuncia a estrutura agrária desigual, a violência no campo e vivifica a luta pela terra ou mesmo reivindica reforma agrária. Oposição construída sob o signo das comunidades eclesiais de base, onde a igreja se fez povo e organiza na cidade e no campo, seja na terra firme, na várzea, sejam nos rios e na floresta, centros comunitários, clubes das mães, pastorais da criança, das ilhas, dentre outras tantas formas de organização do povo que não fosse sindical ou político partidária, reprimidas pelo Estado de exceção que se estabelece no país em março de 1964.

A abertura política da década de 1980 possibilitou a formação de movimentos e organizações sociais, sindicais e político partidárias que naquele momento tinham no horizonte um projeto de Brasil capaz de retomar a construção interrompida pelo golpe civil militar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) parecem anunciar novos tempos. Na Amazônia, assim como em outras regiões, as lideranças comunitárias que animavam organizações sociais no campo são disputadas por sindicatos e partidos políticos. Em municípios como Abaetetuba, Moju, Tomé-açu, Acará, Bujaru, Tailândia Marabá, Santarém, temos a simbiose entre sindicatos, partidos e lideranças camponesas fundada na compreensão de que os problemas do campo devem ser equacionados na esfera política e dentro da democracia representativa sindical, partidária e parlamentar.

Lideranças camponesas do sul, sudeste e nordeste paraense, bem como em outras regiões onde a luta pela terra e a construção da reforma agrária era forte, transformam-se em dirigentes sindicais de projeção e são cobiçadas e disputadas pelos partidos. A cada pleito eleitoral os partidos cooptavam esses intelectuais orgânicos do campo para a arena do debate partidário. Assim, independente de coloração ideológica de esquerda ou direita, os partidos têm entre seus candidatos líderes camponeses oriundos de grupos ribeirinhos, quilombolas, agricultores, coletores, dentre outros tantos. Eleitos ou não, incorporam aos poucos o ambiente institucional e abandonam o campo, absorvidos que ficam pela estrutura político partidária, seja na forma de vereador, prefeito, deputado, senador ou mesmo em cargos de assessor do assessor do assessor.

De modo que a construção da dendeicultura para biodiesel em projeto de Estado durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Rouseff seria impossível sem transfigurar antigas lideranças do campo paraense, que outrora organizavam a luta pela terra ou pela reforma agrária, em patronato político (FAORO, 1991) moderno que exerce o poder simbólico (BOURDIEU, 2004) a partir de seus lugares de origem, vivificando constrangimentos econômicos e extra econômicos necessários à manutenção da hegemonia

do projeto de poder, não importando os meios. É no interior da tecnocracia estatal, amparado pelo patronato político, que se propaga a dendeicultura como solução para os problemas de geração de emprego, renda e inclusão social no meio rural, igualmente para conter o desmatamento, recuperar área degradadas.

Desde então, o patronato- seja na função de senador, deputado, prefeito, vereador ou secretário de agricultura- não poupa esforços em mostrar o Plano da Palma como a primeira política de estado para o meio rural, promovendo a categoria de agricultor familiar produtor de dendê. Patronato que, por exercer influência sobre as associações de trabalhadores rurais e agricultores familiares, apresenta às comunidades rurais o projeto de produção de óleo da palma como perspectiva de desenvolvimento territorial rural e convida os agricultores familiares a celebrar contratos de associação com as empresas dendeiculturas. Contratos que transformam o sitiante camponês em produtor associado de dendê vivificando assim o que Oliveira (2004) conceitua de monopolização do território pelo capital, pois este usa a terra, sem adquiri-la, e a usufrui da força de trabalho sem contratá-la. Reproduzindo a ideia de que os problemas do campo não são a concentração de terras, as tensões, conflitos e violência, o desmatamento, assoreamento de corpos de água, dentre outros tantos que historicamente estiveram na pauta de reivindicações de um projeto de Brasil. Para o patronato, o principal problema do meio rural é transformar o camponês em consumidor, por isso aponta a geração de renda, emprego e inclusão social. O patronato político age para transformar o camponês, de cidadão imperfeito, em consumidor mais que perfeito, como lembra Santos (2007). A inclusão social como sinônimo de inclusão no mercado é o legado que o patronato chama de desenvolvimento territorial rural impulsionado pela ideologia de dendê para o biodiesel.

Considerações finais

Na fronteira amazônica do início do século XXI o cultivo da palma pede uma análise que transcenda os apriorismos ideológicos. O espaço agrário contém múltiplas possibilidades, sobretudo se concebido numa perspectiva territorial, consideradas a configuração espacial e as dinâmicas sociais que usam o espaço, territorializando ações. Espaço caracterizado pelo uso da terra, como principal força produtiva e meio de produção, por diferentes e divergentes grupos e classes sociais, uns concebendo-o eminentemente como setor produtivo da economia, outros como lugar singularizado por seu modo de vida, o espaço rural é palco, produto e condicionante de lutas entre classes sociais para territorializar seus interesses, isto é, seus usos do território.

Em se tratando do espaço amazônico oriental não acreditamos nas promessas de sustentabilidade ambiental, rentabilidade econômica, inclusão social de agricultores familiares, soberania e segurança energética e alimentar propagandeadas pela dendeicultura. Esta constitui mais um capítulo da economia espacial na Amazônia, onde as virtudes de um produto (drogas do sertão, borracha, manganês, ferro, bauxita, energia, gado) mostraram-se insuficientes para assegurar espaços menos desiguais e mais justos. Formam-se, isto sim, verdadeiros processos de des-envolvimento de comunidades rurais tradicionais, campos descampesinizados, espaços mais e mais esquizofrênicos, organizados segundo comandos exógenos e não daqueles que cotidianamente os vivem.

A dendeicultura não é a solução, nem é a causa dos males que afligem o espaço agrário nas áreas antropizadas. É preciso superar a tradição política que subordina o desenvolvimento da Amazônia à ascensão e queda de um produto no mercado mundial, que deposita todas as esperanças ou mesmo amaldiçoa determinado produto; política sem compromisso com as gerações futuras, que se regozija ao dizer nossos minérios, nossa floresta, nossas riquezas ou mesmo que repete o mito do desenvolvimento em muitos adjetivos, regional, sustentável, territorial, participativo. Sempre mais do mesmo. Esquecendo-se de perguntar quem usufrui das riquezas, sejam elas essências florestais, borracha, madeira, minérios, energia hidroelétrica e dendê. Dendê para quem? Dendê por quê? Dendê para quê?

Portanto, é preciso perguntar quem ganha com a dendeicultura, pois tão importante quanto ressaltar as potencialidades econômicas, ambientais e sociais do dendê, faz-se necessário considerar quem usufrui os dividendos dessas potencialidades, ou seja, quem fica com a renda da terra e se beneficia do território; refletir sobre a reprodução do modo de vida do lugar onde o dendê se implanta e expande; e, fundamentalmente, sobre o quanto e como isso compromete as gerações futuras nos espaços onde o boom do dendê ainda tem seus dias de prosperidade.

Referências

AGROPALMA, **Relatório de Sustentabilidade 2015**. 2015. Disponível em: http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/Relatorio_Sustentabilidade_2015_Portugues-1480095831.pdf . Acessado em 05/07/2017.

BIOPALMA da Amazônia, **Relatório de Sustentabilidade 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.biopalma.com.br/relatorio-sustentavel> . Acessado em 05/07/2017.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3.493, de 1993 (do Poder Executivo) PL Nº. 17.326-C de 2010**. Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil.

Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/908681.pdf> . Acessado em: 27/06/2017.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense: 2004. pp.149-168.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11097.htm . Acessado 06/07/2017.

CAMPOS Arnoldo Anacleto; CARMÉLIO, Edna de Cássia. Construir a diversidade da matriz energética: o biodiesel no Brasil. ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Biocombustíveis**. A energia da controvérsia. São Paulo: Editora Senac. 2009. pp 59-97.

CARVALHO, Ana Cláudia A. de; NAHUM, João Santos. Período do dendê na Amazônia paraense. In: NAHUM, João Santos (Org.) **Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2014. pp. 13-40.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**. Teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira. Belém: NAEA. 2012a.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia**. Os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA. 2012b.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande capital e agricultura na Amazônia**. A experiência Ford no Tapajós. Belém: NAEA. 2012c.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo. 1991.

GOODMAN, Lael K; Sharma, Asha R. **Fries, Face Wash, Forests Scoring America's Top Brands on Their Palm Oil Commitments**. 2015. Disponível em: <http://www.ucsusa.org/> , Acesso: 27.06.2017.

GREENBLATT, Stephen. **Possessões maravilhosas**: o deslumbramento do novo mundo. São Paulo: Edusp, 1996.

GUERRA, Guttemberg Armando Diniz, **O posseiro da fronteira**. Campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. Belém: Paka-tatu. 2013.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EdUFPA, 2004. v. 1. (Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento).

LENÁ, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia. (Org.). **Amazônia**. A fronteira agrícola 20 anos depois. 2ª Ed. Belém: CEJUP/MPEG. 1992.

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf . Acessado: 05/07/2017.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

DENDÊ PARA QUÊ? DENDÊ PARA QUEM?

A IDEOLOGIA DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA PARAENSE

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do mundo. São Paulo: Hucitec. 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hicitec. 1999.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 20.nº. 2, p. 281-294, mês. 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/geosp/article/download/122591/122602 . Acesso: 26.05.2017.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, Dourados, p.309-331, v.11, n.15, jan-jun.2015a. Disponível em: <http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/viewFile/423/pdf> . Acesso: 26.05.2017.

NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. DO SÍTIO CAMPONÊS AO LOTE DE DENDÊ: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.. 37 – MAIO/AGOSTO DE 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> . 2017. Acesso: 20.12.2017.

NAHUM, João Santos. **Região e representação**. A Amazônia nos planos de desenvolvimento. Belém: Editora Açaí. 2013.

NAHUM, João Santos. Região e representação: a Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Biblio 3w Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XVII, n. 985, 25 de julio de 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-985.htm> .Acessado em: 27/06/2017.

NAHUM, João Santos; MALCHER, Antonio Tiago C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins [Online]**, Paris, 16. 2012. Disponível em: <http://confins.revues.org/7947?lang=pt> . Acesso: 15/06/2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez M. (Orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de lugar e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra. 2004. pp.29-70.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 101-140. (n. 11). Disponível em: http://jpoantropologia.com/pdfs/CL_PT_1979_01.pdf. Acessado em: 13/06/2017.

RIVAL, A; LEVANG, P. **La palma de la controversia**: La palma aceitera y los desafíos del desarrollo. Bogor, Indonesia: CIFOR. 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp. 2007.

SILVA, Maia, Ricardo Ramos da. **Biodiesel no Brasil**: Análise de Custo-Benefício: Análise de Custo-Benefício. Curitiba: Appris, 2015.

VEIGA, Alexandre Sanz A. S; FURLAN JR, José J; KALTNER, Franz Josef F. J. **Políticas Públicas na Agroindústria do Dendê na Visão do Produtor**. Belém (PA): Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

WWF, **Palm Oil Buyers Scorecard Measuring the Progress of Palm Oil Buyers**. 2016. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/publications/palm-oil-scorecard-2016> . Acesso: 26.05.2017.

Sobre os autores

João Santos Nahum – Graduação em Geografia e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará.

Cleison Bastos dos Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará; Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Como citar este artigo

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos dos. Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia Paraense. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 115-134, Dossiê. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. O primeiro autor **João Santos Nahum**, foi responsável pela revisão bibliográfica, a estruturação do artigo e revisão final. O segundo autor **Cleison Bastos dos Santos** foi responsável pelo levantamento de dados e análise escrita dos dados quantitativos.

Recebido para publicação em 11 de julho de 2017.
Devolvido para a revisão em 06 de setembro de 2017.
Aceito para a publicação em 09 de janeiro de 2018.
